

Crise da Democracia Liberal, Neoliberalismo e Corpos na Rua no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre a política pública de cortes de recursos ao ensino superior público e faíscas insurgentes

Luciana Fernandes¹

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, é representativa de uma série de contingências que têm tensionado os modelos de democracia em ordem no mundo e, especialmente, a brasileira de forma pendular². Propondo uma discursiva alternativa à “perversidade” eleitoral instalada no Executivo, referindo-se constantemente a seu passado militar³, o candidato, desde as propostas de governo, personificava as soluções de políticas autoritárias e neoliberais em expansão no centro, enquanto nova racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2017), e na periferia do capitalismo global, apresentando-se como variante diante das rupturas democráticas já em curso (MIGUEL, 2020, p. 77).

No Brasil, a ampliação dessas pautas encontrava restrições em governos de centro-esquerda que ocupavam os cargos de chefia de Estado na última década e

1 Professora substituta no Departamento de Ciências Jurídicas da UFRRJ e Pesquisadora do IPEA. Contato: lucianafernandesppa@gmail.com

2 A categoria é trabalhada por Leonardo Avritzer: “Denomino esse elemento de ‘pêndulo da democracia’ e o defino como a oscilação política pela qual passa a política brasileira entre certos períodos históricos nos quais elites e massas partilham um forte entusiasmo democrático e outros momentos em que a classe média adota uma visão antidemocrática, alinhada com as elites, e muitos setores populares aderem à rejeição da política ou à antipolítica(...) A partir dessa chave, analisarei a conjuntura 2013-8 como um momento turbulento de degradação institucional contínua e de movimentação da elite e da classe média contra a soberania popular e a ordem democrática” (AVRITZER, 2019, pp. 16-17)

3 Embora há décadas parlamentar, Bolsonaro construiu a sua própria imagem como de um *Outsider* da política, representando algo de “diferente” à corrupção e desvios que ajudou a entranhar como imaginário da política brasileira. De forma similar, Donald Trump teria se lançado durante a disputa eleitoral como um empresário, também anti-*establishment*. Para Clara Ramas, trata-se de característica de um projeto *neoliberal autoritário* (MIGUEL, 2019, p. 77), emergente da confluência entre neoliberalismo, rupturas democráticas e surgimento das extremas direitas no plano mundial mas com viscosidades regionais.



que passaram a ser sistematicamente deslegitimados – processo simbolicamente representado pelos movimentos de rua em 2013 e que atingiu o seu ápice no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (ALMEIDA, 2019). O raivoso eleitorado, forjado na crise sociopolítica que abalou sensivelmente a jovem dinâmica democrática no país, deu vazão a políticas neoconservadoras que tomaram conta da disputa no Norte e chegaram aos países do Sul com especificidades, já que a agenda, no território, precisava e ainda precisa caminhar em sintonia com a fundação colonial das instituições.

Assim é que as pautas de governo, aparelhadas ideologicamente, passaram a privilegiar os interesses de mercado e anunciar o desfalque de garantias fundamentais – tais como a educação pública e superior de qualidade – políticas que, na periferia do capitalismo global, reforçam as hierarquias de raça, classe e gênero. Na geopolítica das exclusões (ORTEGA, 2018), desde a vitória da presidência, a promessa tem se transformado em planos concretos que favorecem a adesão não só à expansão dos interesses do capital, como à moral conservadora instalada, ambiente em que as políticas que concernem à educação se apresentam como estratégicas⁴. Quando se trata do ensino superior, especialmente, no que tocam as ciências sociais e humanidades, cujo lugar histórico de produção de contestação e reflexões críticas representam verdadeiro atentado à ordem instalada.

Nesse cenário, é possível entender uma série de notícias que passaram a associar as universidades, sobretudo federais, à “balbúrdia”⁵ como prelúdio do anúncio dos cortes de orçamento voltados à área da educação pública e de programas como o Future-se⁶, pautas alinhadas com um projeto amplo de expansão da privatização do ensino superior e do desmonte de políticas com vistas a redução das desigualdades históricas no país. Isso tudo, no mesmo ano em que o IBGE (2019) divulgou também o primeiro dado de paridade racial entre

4 Para aprofundar a questão, recomenda-se a leitura do capítulo sobre “a fábrica do sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017, pp. 321-376).

5 Após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar uma política de cortes no orçamento da pasta, (30% das verbas das 60 universidades federais e 40 institutos federais) o presidente, Jair Bolsonaro (PSL), disse que instituições de ensino no Brasil “promovem balbúrdia”. Disponível em < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/apos-ministro-de-bolsonaro-chamar-universidades-de-balburdia-pesquisadores-reagem/> >. Acesso em 14/12/2019;

6 Para mais informações sobre o projeto, acesse as plataformas do Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>> Acesso em 14/12/2019.

peças brancas e negras entre as universidades que implantaram o sistema de cotas.

A vitória da presidência é sintomática de uma ordem que se organiza no dia a dia da política e da tolerância aos absurdos produzidos na atual gestão, na corrosão progressiva dos direitos sociais e da “lógica democrática da cidadania social” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 381). Escândalos e discussões na era da pós-verdade ambientam a dispersão e amortização do “povo”, vocabulário, de um lado, precário, porque referido a um sentido de coletivo que é incompatível com a racionalidade neoliberal. De outro, como categoria política em reivindicação, sobretudo nas manifestações políticas que reverberam e produzem diferenciações a um sentido de “Nós” potente, de um grupo animado pela rebelião.

Esse artigo que, metodologicamente, é construído através da revisão bibliográfica, se propõe a compor o atual estado de discussões (ainda inconclusas) sobre as crises apresentadas no cenário político brasileiro. Assim, em um primeiro momento, discute os sentidos da democracia liberal organizada enquanto sistema de governo, analisando aspectos de sua consolidação e atual estágio de aparente esgotamento (AVRITZER, 2019) no Brasil.

Considera-se, para isso, os efeitos de operações como a Lava Jato; dos movimentos de rua organizados a partir de 2013; e da difusão do clima de revolta política através das mídias sociais como conviventes – embora guardadas as condições particulares – com as rupturas do modelo liberal democrático a nível mundial, em especial impactos políticos em outros países da Europa Ocidental (DARDOT; LAVAL, 2017). Assim, o artigo reflete sobre a forma como o contexto de rupturas entre governantes e governados (CASTELLS, 2018), que é sintomático das atuais conformações que dizem respeito à governabilidade, foi catalisador das transformações na esfera política e serviu como base de emergência de neoconservadorismos (MIGUEL, 2019).

Após, considera-se o neoliberalismo como razão (BROWN, 2017), como racionalidade que associa aspectos particulares (DARDOT; LAVAL, 2017) e que se organiza, também, a partir da redução da vida pública e esvaziamento do sentido da política a nível global e regional. Nesse terreno, drásticas transformações nas relações com as institucionalidades e com agendas de direitos

sociais, como é a educação pública, ocorrem, tornando-se férteis as agendas de governo ostensivas à inclusão. Para tanto, toma-se como estudo de caso a decisão pelos cortes na educação superior pública, anunciada pelo Executivo federal em maio de 2019, entendendo-a como representativa do cenário apresentado.

Por fim, encara-se as respostas ao anúncio, em especial as possíveis tônicas das diversas manifestações populares contra o conjunto de medidas em desfavor do ensino, como simbólicas dos movimentos de contra hegemonia que começam a eclodir especialmente a partir da juventude (GOHN, 2018). Evocando sentidos do comum, as alianças dos corpos (BUTLER, 2018) nas ruas têm uma gigantesca potência transformadora, inclusive para o cenário de catástrofes neoliberais em expansão anunciadas.

Assim, partilhando algumas interpretações sobre o contexto que experimentamos no Brasil, busca-se não só construir mais um diagnóstico crítico aos atuais desenhos da democracia brasileira, como também debater caminhos coletivos de mudança. E que, não por acaso, partem da educação como prática de liberdade, como lugar de possível engajamento e transgressão (hooks, 2017), especialmente representados pelos movimentos de rua analisados.

Regressão Democrática e Rupturas Institucionais

Vive-se no Brasil, acentuado desde 2013, um período de regressão democrática entendido como de diminuição do apoio da democracia e de estreitamento das práticas que são a ela constitutivas (AVRITZER, 2019, p. 141). Sem esgotar as camadas de produção do fenômeno, mas selecionando alguns que parecem dialogar com o tema deste artigo, destacam-se os relacionados aos novos contornos das disputas políticas no Brasil.

O primeiro diz respeito à forma como a desconfiança nas instituições foi produzida de modo a romper as bases da democracia liberal, e que tomou corpo em operações voltadas contra parte dos políticos, como Mensalão e Lava Jato, e nas manifestações a partir de 2013. O segundo à forma como agendas políticas que retrocedem em termos de inclusão social passam a ser autorizadas e facilitadas pela atual gestão, fazendo eco a uma política neoliberal de rebaixamento da qualidade de vida. O terceiro, à emergência de

neoconservadorismos que articulam discurso de violência e *desdemocratização* (ALMEIDA, 2018, p. 32). Todos eles, possivelmente tensionados pelo fornecimento de ensino superior público e com fomento ao pensamento crítico que passa, então, a ser uma das primeiras ameaças a ser combatida pelo governo.

Sobre as rupturas institucionais, a primeira imagem que retomamos é a da realidade construída pelas agências midiáticas no bojo da criminalização de agentes da política na década de 2010, bem como das aglomerações que iniciaram em 2013, nas principais avenidas das capitais do país, que faziam surtir um sentimento coletivo de revolta dos representados contra os representantes. Duas cenas conviventes ao processo de repulsa à corrupção e de construção de um sentimento de catarse frente a ideologia da decadência moral da política. Assim maniqueísmo e seletividade operaram, conforme Luis Felipe:

a revolta contra a corrupção é marcada pela seletividade, mas também pelo maniqueísmo. A corrupção não é entendida como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter. A resposta a ela exige sobretudo a punição mais efetiva dos culpados. (...) Seletividade e maniqueísmo marcaram não só a mentalidade da classe média, mas também a cobertura jornalística e a ação do aparelho repressivo de Estado. (MIGUEL, 2018, p. 25)

A seletiva luta contra a corrupção, escatológica na operação Lava Jato, produziu uma disjunção ainda maior com os modelos de representação democráticas, sobretudo os relacionados à representação direta (GALLEGO, 2018, p. 09). Em parte, esse processo resultou dos próprios limites das demais formas de representação democrática no país. Mas também pela dimensão que atores relacionados à formação de opinião pública, sobretudo da mídia, deram ao processo, sedimentando o imaginário coletivo de associação entre desonestidade e governos de esquerda – especialmente o Partido dos Trabalhadores que possuía maioria do eleitorado.

A transmissão das mensagens com conteúdo simples – e debatíveis –, repletos de imagens, explorando universo visual-emocional pelas comunicações de massa e sociedades de rede deu maior amplitude ao sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, operando no nível das subjetividades. As redes digitais, incutindo as regras de autonomia e liberdade de expressão, contribuíra – e têm contribuído – para o

ofuscamento dos tênues limites entre opinião e informação, mas sem dúvida para a catarse da revolta contra a política.

Tamanho inconformismo tomou, de verde e amarelo, as ruas de diversas capitais⁷ e passou a caminhar por uma recuperação de um forjado nacionalismo que superasse o estado de mácula da política brasileira, corrupta, subversiva, vermelha. O processo também contou com o ativismo do judiciário que, blindado na igualdade da lei e na lisura da instituição (CASARA, 2018, p. 77), do processamento e das prisões de líderes do partido que vencia nas consultas públicas em 2018. A prisão do ex-presidente Lula em um processo escatológico quanto a quantidade de ilicitudes produzidas, assim como ex-ministros ligados ao PT e PMDB foi simultânea à descriminalização de políticos próximos à Jair Bolsonaro (AVRITZER, 2019, p. 171), catapultando os resultados das eleições presidenciais de 2018. Isto é, o pêndulo setORIZAVA-se contra setores do governo de esquerda, mas nisto não se esgotou, dando ampla projeção a atores e partidos que se apresentavam como recém-nascidos, imunes à mácula da corrupção tradicional da cena política brasileira. Para Leonardo Avritzer,

A partir de 2013, há uma nítida concentração em um tipo de corrupção no Brasil, a princípio identificada erroneamente com o governo de esquerda. É nessa interseção que reside esta nova agenda a mover o pêndulo democrático. A crise política começou com um forte movimento jurídico midiático contra o Partido dos Trabalhadores, que implicou tanto condenações jurídicas quanto forte crítica midiática, e acabou não mais restrita à concentração no Partido dos Trabalhadores – que teve uma presidente afastada e um candidato a presidente na primeira posição das pesquisas impedido de concorrer às eleições – atingindo o sistema político como um todo. Ao longo do primeiro turno das eleições para presidente em 2018, a punição a membros do sistema político foi muito forte, expressa no fato de tanto o PMDB quanto o PSDB e o PP terem perdido parte significativa de suas bancadas. Ao mesmo tempo, partidos sem nenhuma trajetória anterior, como o PSL e o Novo, se beneficiaram do clima antissistema político. (...) Assim, a bandeira da luta anticorrupção mudou a correlação de forças no sistema político sem ficar claro se os beneficiados pela bandeira vão introduzir uma forma diferente de trato com a coisa pública. (ibidem, p. 150)

Embora os efeitos imediatos importem, interessa dar ênfase aos de longa duração produzidos. O esgotamento dos esquemas clássicos de

7 Inédito na história do país a tomada das ruas pelas classes dominantes, nesse período. Para Ester Solano, que pesquisou a fundo esses movimentos: “Ruas e redes se realinharam contra o PT. As ruas, tradicionalmente espaço de grupos autodenominados de esquerda, passaram a ser ocupadas por novos protagonistas: camisetas verde-amarelas, bandeiras de Brasil, gritos nacionalistas. O repertório patriótico, com manifestantes portando bandeiras, e vestidos de verde-amarelo, que já estava mais timidamente presente em 2013, explodiu em 2015 e 2016 nas maiores cidades brasileiras, fundamentalmente em São Paulo” (ibidem, pp. 11-12).

representatividade, situados nessa ambiência de apresentação da política como vergonhosa e suja, têm atingido a legitimidade democrática dos partidos e acentuado a substituição “do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa e da internet com um eleitorado mais fluido, menos fidelizado, que se mobiliza muito mais por causas concretas do que por referências partidárias.” (GALLEGO, 2019, p. 05). A dessacralização das dinâmicas tradicionais democráticas projeta a distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos que se torna cada vez mais veloz pela introdução das comunicações de massa *online*, redes e mídias sociais.

Mesmo contingenciada por alguns dos elementos descritos, próprios da realidade brasileira, trata-se de um fenômeno global, de “crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam” (CASTELLS, 2018, p. 11). E que em diversos países também vem sendo matizada pela suposta luta contra a corrupção enquanto subterfúgio para a instalação de uma ordem pós-liberal que têm permanecido porque negam as formas partidárias existentes. Para Manuel Castells,

o rompimento fora das instituições tem um alto custo social e pessoal, demonizado por meios de comunicação que, em última análise, são controlados pelo dinheiro ou pelo Estado, apesar da resistência muitas vezes heroica dos jornalistas. Em situação de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo. E aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não as aceitam que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade. (CASTELLS, 2018, p. 11)

A ruptura mencionada transcende os esquemas de divisão entre esquerda e direita, informando no nível emocional e cognitivo um colapso do modelo político de representação da democracia liberal instalada na ordem mundial e que historicamente representou frente aos autoritarismos. Sem pretensão de esgotar as possíveis causas e sem deslocar o eixo do Sul para o Norte, o dado é que a falta de confiança nas formas de representação direta, que opera em nível coletivo e constrói subjetividades, revela os limites da democracia liberal na contemporaneidade. Se a cidadania no seu conteúdo social é antagônica ao

modelo da *empresa de si*, incutido pelo neoliberalismo, a própria governabilidade que demanda atenção para o social, soberania popular, entra em colapso⁸.

A composição política anterior a 2018, no Brasil, embora com diversas vicissitudes, apresentava alguns embargos a um projeto do mercado aberta e inteiramente hostil aos direitos sociais. A retirada de cena forçada de candidatos representantes dessa cena manifesta os interesses nas reformas que cortam orçamento de políticas públicas, dentre as quais se situa a educação, mas que demandam uma breve introdução quanto aos sentidos do neoliberalismo no presente.

Neoliberalismo como Razão e o Contexto de Rupturas Democráticas

A segunda chave de análise do momento político-econômico vivido no Brasil requer a percepção da forma como um modelo neoliberal de Estado tem como projeto a destruição da democracia. Wendy Brown, para quem “(...) *el neoliberalismo, uma forma particular de razón que configura todos los aspectos de la existência em términos económicos, está anulando silenciosamente elementos básicos de la democracia*” (BROWN, 2017, p.13), é a autora que recorta este tópico do artigo, pelas reflexões sobre os atravessamentos no sistema de representações que não mais se limitam às projeções econômicas do sistema produtivo no campo político, mas de uma constelação ainda mais complexa que opera em dimensões individuais e coletivas.

Uma breve situação do neoliberalismo como “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas.” (HARVEY, 2013, p. 14), pós-crise da década de 70 e agenciada em torno do valor de liberdade mercantil é central. A neoliberalização do capitalismo, no eixo do Norte Global, respondeu às tensões do sistema financeiro que se reinventava em suas próprias ruínas, junto à geopolítica do momento, ambientado na Guerra Fria; bem como o desinteresse na manutenção de um modelo de Estado Social de um modelo keynesianista.

⁸ Para refletir sobre o esgotamento da democracia liberal a nível global, no ponto sublinhado, conferir DARDOT; LAVAL, 2017, pp. 377-384.

A plenitude da liberdade em um sentido mercadológico fixava-se como livre empreendimento e liberdade privada em resposta à inclusão promovida tempos antes por um modelo de Estado social que não dissolveu as tensões de classe, mas promoveu a emergência de um estado de igualdades e de protagonismo dos direitos relacionados à cidadania fundamentais para a prática democrática. Ainda mais forte seriam seus fatores ideológicos, com ênfase na retórica neoliberal das liberdades individuais e na “empresa privada e a iniciativa dos empreendedores julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza” (ibidem, p. 75) que fez ascender o mercado à situação de principal organizador da vida.

Wendy Brown percebe o *neoliberalismo* não apenas como um conjunto de políticas estatais⁹, fase do capitalismo ou ideologia, atribuições já mais construídas no campo crítico-reflexivo, sim como ordem de razão normativa que produz uma economização de todas as características da vida e por isso “*dissemina el modelo del mercado a todas a las esferas y actividades – incluso aquellas em que no se involucra el dinero – y configura a los seres humanos de modo exhaustivo como actores de mercado*” (BROWN, 2017, p. 36). A autora explora os mais variados campos de apresentação da economização da vida¹⁰, sendo especialmente interessante mobilizar sua chave de análise para pensar na relação política dos indivíduos e das instituições; no sucateamento da educação pública superior; e na organização de um projeto de desmobilização coletiva já que ofuscados os sentidos do “povo”.

9 Especificamente quanto ao conjunto de produções que associam neoliberalismo a políticas estatais, Wendy Brown afirma: “*La manera más común de entender el neoliberalismo es como un ensamble de políticas económicas que coinciden en su principio original de afirmar libres mercados. Éstos incluyen la desregulación de las industrias y de los flujos de capital; la reducción radical de las provisiones del Estado de bienestar y de sus protecciones para quienes son vulnerables; la privatización y subcontratación de bienes públicos, que van desde la educación, los parques, los servicios postales, las carreteras y la previsión social hasta las cárceles y los ejércitos; el reemplazo de esquemas hacendarios y de arancel progresivos por regresivos; el fin de la redistribución de la riqueza como una política económica o sociopolítica; la conversión de cada necesidad o deseo humano en una empresa rentable, desde la preparación para ser admitido en universidades hasta los trasplantes de órganos, desde las adopciones de bebés hasta los derechos de contaminación, desde evitar colas hasta asegurar un espacio cómodo en un avión, y, más recientemente, la financiarización de todo y el creciente dominio del capital financiero sobre el capital productivo en la dinámica de la economía y la vida cotidiana*” (BROWN, 2017, p. 30).

10 Propondo também uma perspectiva ampla sobre neoliberalismo, ver DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, 2017.

Especificamente quanto à democracia, na relação entre governados e governantes, parece sintomático à ordem a redução da vida pública e esvaziamento do sentido da política, facilitando a diminuição das garantias de direitos individuais, sociais e econômicos e a possibilidade de participação nas decisões comunais. O Estado, que se relaciona a serviço da economia de livre mercado e os indivíduos, que se tornam uma unidade do capital empresarial, são causa-efeito da perda de valor da cidadania das coisas públicas e dos bens comuns em tempos neoliberais (ibidem, p.32).

Assim é que, também Dardot e Laval, que observam o neoliberalismo como uma racionalidade, percebem o absoluto esvaziamento da democracia. Se a base distintiva substancial da democracia em relação à demais sistemas de governo é justamente a soberania de um *povo*, e se essa noção é absolutamente incongruente com a doutrina neoliberal, que privilegia a liberdade individual, o regime vai despindo-se de seu conteúdo essencial, cada vez mais passando a operar como um modo técnico e nada substancial de escolha de governantes. Isto é, cada vez mais, a referência ao argumento democrático diz respeito, simplesmente, à maneira de eleger dirigentes por eleição, ao procedimento, não ao valor da liberdade política, o exercício da cidadania, à construção da soberania popular enquanto um valor. Para os autores “o neoliberalismo se tornou hoje a racionalidade dominante, não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio, condenada a sobreviver na forma degradada de uma retórica cora comemorativa, ora marcial” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 384).

Nesse sentido, as privatizações – em seu amplo espectro, incluindo do próprio Estado¹¹ – e o aumento liberdade definida economicamente, que são

11 Nesse sentido, Harvey argumenta: “Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias (que são vantajosas principalmente para eles mesmos). (...) O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios etc. Em muitos casos das parcerias público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo, assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras antipiquete) para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo. As maneiras de vigiar e policiar se multiplicam: nos Estados Unidos, a prisão se tornou uma estratégia-chave do Estado para resolver problemas que surgem entre trabalhadores descartados e populações marginalizadas. O braço coercivo do Estado é fortalecido para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir a dissensão.” (HARVEY, 2013, p. 87).

efeitos inexoráveis, eliminam a ideia de um “povo” ou uma “soberania política coletiva”. Brown afirma que:

Esta persistencia de la política en medio de la destrucción de la vida pública y, en especial, de la vida pública instruida, en combinación con el mercantilismo de la esfera política, forma parte de lo que vuelve a la política contemporánea particularmente poco atractiva y tóxica: esa vida política de hoy en día está llena de despotismos y afectaciones, carece de seriedad intelectual, dirigida a un electorado no instruido y manipulable y a medios corporativos hambrientos de celebridades y escándalos. El neoliberalismo genera una condición de la política en que están ausentes las instituciones democráticas que sustentarían a un público democrático y a todo lo que representa este público en su mejor sentido: pasión informada, deliberación respetuosa, soberanía aspiracional, contención drástica de los poderes que podrían dominarla o socavarla. (BROWN, 2017, pp. 48-49)

Com todas as falhas, regimes democráticos liberais historicamente foram territórios ameaçadores às concepções individualistas da liberdade porque, embora convivessem com a ordem imperialista, racista, classista, sexista de organização social, mantiveram-se minimamente organizados a partir das noções que emergem da própria soberania popular. O sentido privilegiado da liberdade mercantilizada é estratégico para a manutenção e intensificação das desigualdades sem as quais o mercado inflado não opera soberano. Ai reside o lugar paradoxal entre neoliberalismo e democracia, arena para as disputas em diversos campos, incluindo o de serviços relacionados a direitos sociais em geral e que promoveram o forte deslocamento de governabilidade nas últimas eleições de vários países.

No Brasil, embora a Constituição de 1988 tenha cristalizado a igualdade no acesso a serviços em geral, como pondera Leonardo Avritzer, sempre foram monopólio das elites no país. Na década de 2000, porém, algumas rupturas começaram a ser produzidas,

os serviços que seriam proporcionados igualmente aos cidadãos foram, na maior parte da história do Brasil, oferecidos de formas segmentada a cada um dos grupos sociais de modo que a presença igualitária do Estado e dos serviços ligados à cidadania no Brasil é uma experiência recente. (AVRITZER, 2019, p. 31)

Especialmente em tempos neoliberais, a repartição de serviços e a ampliação, ainda que tímida, no acesso a garantias fundamentais e da própria base discursiva da democracia são uma subversão. Cada serviço guarda em si sua condição particular, mas parece que especialmente a educação crítica é tida como ameaça para a manutenção da ordem de interesses neoliberais, já que “são

lugares fundamentais de formação de um certo tipo de subjetividade” (LAVAL, 2019). Mais ainda, quando demanda protagonismo público pode, pelas condições de acesso ao capital da educação fissurar – se não transformar inteiramente – o pacto narcísico das elites brancas, masculinas, burguesas e cisheterossexuais que têm garantido a perpetuação dos privilégios que goza desde a intrusão colonial.

A reflexão sobre esse e outros contextos de ordem que pode ser produzida nos cursos superiores, especialmente no campo das humanidades¹², passa, então, a ser demonizada, perseguida, sucateada e, estrategicamente, privatizada. A venda das universidades incorpora as agendas políticas de manutenção da nova ordem autoritária, inclusive porque a relação entre tolerância ao colapso das instituições democráticas e escolaridade já vinha sendo mapeada, constatando-se a tendência de encontrar, nos níveis de maior escolaridade, menos conformismo a rupturas democráticas:

se encontramos a evolução de um padrão favorável à ruptura democrática quanto mais alta for a renda, encontramos um padrão diferente no que se refere à escolaridade. Há patamares favoráveis e desfavoráveis à ruptura relativamente próximos enquanto a escolaridade se situa no nível médio, mas, quando entramos no campo da educação superior, deparamos com uma rejeição mais forte às ações de ruptura com a democracia, mesmo em caso de alta incidência da corrupção. (AVRITZER, 2019, p. 153)

Assim se situa o relacionamento tenso entre neoliberalismo, democracia e acesso a direitos sociais, que avançava com embargos nas últimas décadas e, a partir da eleição de 2018, parece assumir o seu auge. Um último elemento surge

12 Uma disputa estratégica já que “a perseguição às ciências sociais, juntamente com a filosofia, a história, as letras e as artes em geral, revela o medo – justificado, diga-se de passagem – do pensamento crítico, da vontade de saber, de explorar o novo, de quebrar paradigmas que fazem parte do ofício de todas estas áreas. As humanidades colocaram para debate as novas formas de trabalho que desregulamentaram direitos e reorganizaram os interesses do capital. Também, junto com os movimentos sociais, deram voz aos até então invisíveis, indesejados pela sociedade conservadora, tornando visíveis as condições das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos presidiários, dos desempregados, dos informais. As humanidades, através da história, mostraram o silenciamento do racismo no Brasil por séculos e a agência da população escravizada no sentido de sua libertação. As ciências sociais estudaram a ditadura cívico-militar, que dominou o país por mais de 20 anos a partir de 1964, trataram da censura, provaram a existência da tortura, de desaparecidos, a existência de um crescimento econômico que aprofundou a desigualdade social. Tudo isto foi feito com metodologia científica, com pesquisa empírica, com análise de dados, com horas de entrevistas, de busca em arquivos, de análise de documentos. Quando cientistas sociais analisam o atual momento pelo qual passa o Brasil e identificam uma grave ameaça às instituições democráticas, reconhecem uma crise nas políticas públicas e uma incapacidade de tomada de decisão frente à pandemia que se apresenta. Não é achismo, não é picuinha, é análise com base em conhecimento acumulado.” (PINTO, 2020).

como nodal ao contexto, que é o elemento neoconservador em convergência e que também organiza de forma peculiar a condição dos cortes na educação.

Neoconservadorismo e Neoliberalismo no Brasil

Os diversos sentidos de precarização produzidos em contexto neoliberal, que conta com estado mínimo, cortes de gastos e redução das obrigações sociais, esfacelamento das garantidas do trabalho e da previdência social, desemprego e recessão, aumento dos níveis de pobreza e intensificação das desigualdades demandam um tipo de legitimação própria. A manutenção de um sistema de moralidades democráticas, com vistas a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos¹³, é incondizente com os discursos de ódio e terror que ambientam o governo de Bolsonaro no Brasil. Para Ester Solano, a religião, valores como família tradicional patriarcal e heteronormativa, nacionalismo e políticas da inimizade surgem como modeladores da crise de legitimidade que políticas de austeridade teriam em tempos, supostamente, democráticos:

“[...] para se erguer como esta força reguladora das subjetividades e da vida coletiva, o neoliberalismo precisa de um conjunto de valores e configurações éticas que reinterprete as crises econômicas como crise morais, de valores e de abandono dos valores tradicionais. É aqui onde entra o papel da religião como legitimadora moral do neoliberalismo especificamente no seu modelo meritocrático da teologia da prosperidade e da lógica do sacrifício. É aqui também onde, diante da pulverização do tecido social por medidas de austeridade, pelo desemprego em longo prazo, a precarização, a concorrência de todos contra todos, a pauperização, entra em jogo a defesa da família tradicional patriarcal e heteronormativa como principal núcleo social e o ressurgimento do nacionalismo, e da figura do —homem de bemll como forma de coesão social a partir do sentimento de unidade frente um —outroll ameaçador que é designado como inimigo e que leva também à militarização do espaço político e público para manter a lei e ordem necessárias para o mercado operar. (GALLEGO, 2018, p. 07)

Assim, neoconservadorismos aparecem imbuídos de um moralismo fundamentalista, de discursos de ódio e pautas de extermínio da diferença que

13 Expressão retirada do preâmbulo da Constituição de 1988 do Brasil, segundo o qual: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.



dialogam com o interesse da globalização da pobreza e do alastramento das condições de subalternidade. Trata-se de processo multifacetado, emergente em nível global, mas especialmente latente nas Américas, onde as posições ultraneoliberais no econômico vem sendo marcadas por posições especialmente reacionárias na moral, estrategicamente legitimadoras do desfalque da cidadania social. Para Clara Ramas, se trata *“em suma, de um retorno de lo neocon: neoliberalismo econômico, autoritarismo social y reaccionarismo social”* (MIGUEL, 2019, p. 77).

É nesse contexto que o projeto de privatização da vida, de ordem neoliberal, assume valor de escárnio, ódio, extermínio. E que as políticas de austeridade aparecem sempre acompanhadas da fixação de estereótipos que alimentam as moralidades neoconservadoras. No que atinge a educação superior pública, a demonização de Paulo Freire¹⁴; a ambiência de um combate ao comunismo¹⁵ e a posterior construção da imagem desses territórios como lugares de “Balbúrdia”¹⁶; de desperdício de recursos públicos e capital político em vista da realidade perversa e de libertinagem das universidades federais acompanha o anúncio dos cortes. O indizível e irrazoável, a banalização do ódio e a sua apresentação teatral, escatológica, nesses tempos, torna-se não só possível como autorizadora da ordem de rupturas experimentada.

Mais que a vitória de um candidato, ou de um programa de governo, o “bolsonarismo” se apresenta como a disjunção entre aquilo que não podia ser externalizado e a radicalização de ações truculentas em projetos de poder,

14 São diversas as manifestações públicas não só do próprio presidente como de agentes do executivo que lhe acompanham nesse sentido. Em 16/12/2019, por exemplo, ao sair do Palácio da Alvorada, em uma coletiva, Jair Bolsonaro afirmou: “Os caras estão há 30 anos sendo formados assim. Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia. Do Paulo Freire da vida. Esse energúmeno aí ídolo da esquerda”. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/para-bolsonaro-educador-paulo-freire-era-um-energumeno>>. Acesso em 16/12/2019.

15 Também são diversas as declarações públicas, mas destacam-se as incursões recentes de deputados federais do PSL a universidades federais sob o subterfúgio da fiscalização da “doutrinação comunista” nesses espaços. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-daniel-silveira-cospe-em-mulher-durante-visita-a-universidade/>>. Acesso em 16/12/2019.

16 O atual ministro da educação, Abraham Weintraub, justificou os cortes direcionados aos recursos repassados a universidades federais sob o seguinte argumento: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Disponível em <https://www.geledes.org.br/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb/?gclid=EAlaIqObChMInciDwLS65gIViQSRCh2e4gmQEAAAYASAAEgK13fD_BwE>. Acesso em 16/12/2019.

produzindo uma ruptura democrática com aparência democrática. Uma das ainda inconclusas questões se refere aos elementos produtores do silêncio e do amorfismo da classe universitária frente às políticas trabalhadas. Assim, uma breve passagem pelo sentido da aliança dos corpos nas ruas finaliza as reflexões deste trabalho.

Corpos nas Ruas em Aliança, Performances de Insurgência

Embora a relação entre neoconservadorismos, neoliberalismo e colapso da democracia formal constitua uma ordem, com impactos centrais na constituição das Américas e com peculiaridades referentes ao contexto brasileiro, é também tempo, em nosso território, de insurgências populares. Nesse sentido, há um papel central em nossa história contemporânea que deve ser atribuído às contra-hegemonias, especialmente aos movimentos de rua, para a representação dos horizontes possíveis de liberdade.

No Brasil, como trabalhado nas sessões anteriores, o anúncio das referidas políticas de cortes de recursos voltados à educação superior público foi acompanhado da programação de outras diretrizes de esfacelamento de direitos e garantias fundamentais. Mas foram essas a que primeiro mobilizaram grande contingente de pessoas nos centros urbanos, representando os valores sintetizados na frase “Tomar as ruas para resistir pela educação.” (CARNEIRO; SILVA; LAGAZZI, 2019, p. 01).

Espalhadas por todo Brasil, só no Rio de Janeiro, na primeira ocasião, aproximadamente 150 mil pessoas compareceram à manifestação na região do Centro (BLASI, 2019). Um segundo ato foi rapidamente programado e circulou pelas mídias sociais através da #30M, convidando a sociedade civil na luta contra o desmonte da educação pública, de qualidade e gratuita. Fotos de estudantes, professores, cartazes enaltecendo o papel da educação atravessaram toda a semana dos noticiários regionais, nacionais e internacionais, convocando os sentidos daquilo alianças de corpos possuem como essencial.

Judith Butler, para refletir sobre as manifestações políticas em contexto de vidas precárias, questiona os motivos pelos quais a afetação de políticas mais ou menos próximas àqueles que se aglomeram pode gerar uma forma particular de

solicitação ética (BUTLER, 2018, p. 70). Consideramos, brevemente, este marco para não deixar em aberto qualquer questionamento sobre os efeitos dos movimentos de rua, ainda que nem todas as pessoas em assembleia ou aquelas que acessam as imagens da política em movimento estejam simultânea e diretamente atravessadas pelas questões envoltas à aglomeração. A potência das multidões, em si, reverbera pelos interpelamentos que as exposições podem causar, nas e para além das pessoas que se reúnem.

As demandas insurgentes dos corpos que tomam as ruas dão tom a uma dimensão agregadora da política e evidenciam o conteúdo de relação da ação política (BUTLER, 2018, p. 56). Butler percebe essas movimentações de corpos como performances, como comunicação visível, tangível:

As assembleias se afirmam e se fazem representar pela fala ou pelo silêncio, pela ação ou pela inação contínua, pelo gesto, por se reunirem como um grupo de corpos no espaço público, organizado pela infraestrutura – visível, audível, tangível, exposta de maneira tanto deliberada quanto indesejada, interdependente de formas tanto organizadas quanto espontâneas (...) a assembleia já está falando antes de qualquer palavra ser pronunciada, que se reunir a assembleia já é uma representação da vontade popular; essa representação significa, de maneira bastante diferente, a maneira como um sujeito/ singular e unificado declara seu desejo por meio de uma proposição vocalizada. opostos. (...) E não significa que falem exatamente as mesmas palavras, embora algumas vezes isso aconteça. (ibidem, p. 106)

No silêncio, nas falas, nos movimentos, nas diversas composições de ação, as assembleias expõem vozes, gritos, inconformismos com uma ordem estabelecida. Disso se extrai seu potencial subversivo, porque as reuniões/multidões em si representam soberania e vontade popular, manifestam vontade de representação. E que tomaram as ruas a partir dos corpos de estudantes, professores e pessoas em geral em 2019 no Brasil.

O ajuntamento de sujeitos também reverbera no sentido dos espaços que toma, porque as linguagens dos corpos em manifestação transformam territórios como públicos e redefinem as compreensões comunais sobre o político. Centros políticos, avenidas urbanas que, no dia a dia, parecem funcionar para a manutenção do estado de coisas de dominação, são recuperadas de seu conteúdo

público e de igualdade (ainda que com suas limitações) o que é não só fundamental como condição de qualquer ordem democrática¹⁷.

Se em qualquer circunstância as características apresentadas significam tanto, em tempos de rompimento com as democracias liberais e suas instituições as representações latentes das assembleias tornam-se ainda mais marcantes. Evocar, no coletivo, soberania popular é (também) buscar mais uma vez o núcleo duro da organização democrática, embora sem abandonar os enfrentamentos dos limites de suas atuais roupagens.

Além disso, em tempos neoliberais, de apagamentos e expansão dos limites abissais de existência, bem como de privatização dos espaços e das vidas, e dos dispositivos de subjetivação *desdemocratizantes*, as insurgências em assembleia representam fortes disjunções. Tais insurgências são potentes negações à subjetivação que nega o valor da cidadania e do comum; elas pausam a lógica da concorrência e da “empresa de si” pelo sentido da aglomeração, desobedecem ativamente, porque reforçam as potências populares, estratégias conclamadas por Dardot e Laval:

“[...] à subjetivação-sujeição constituída pela ultrassubjetivação, devemos opor uma subjetivação pelas contracondutas, à governabilidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta de outros, devemos opor, portanto, uma dupla recusa não menos específica: a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência. Nisso, essa dupla recusa não esta ligada a uma “desobediência passiva”. Porque, se é verdade que a relação consigo da empresa de si determina imediata e diretamente certo tipo de relação com os outros (a concorrência generalizada), inversamente a recusa de funcionar como uma empresa de si, que é distanciamento de si mesmo e recusa do total autoengajamento na corrida ao bom desempenho, na pratica só pode valer se foram estabelecidas, com relação aos outros, relações de cooperação, compartilhamento e comunhão. (DARDOT, LAVAL, 2017, pp. 400-401).

Assim, qualquer ajuntamento que paute a ruptura com a ordem estabelecida passa a dar vida a um conjunto de pessoas que são cada vez mais silenciadas, mercantilizadas, o que é em si afrontoso. Sobretudo quando as demandas dizem respeito aquilo que é estrutural na manutenção da estabilidade

17 Butler trabalha as relações entre as alianças e regimes democráticos: “Em outras palavras, as condições do regime democrático dependem por fim de um exercício de soberania popular que nunca é completamente contido ou expressado por nenhuma ordem democrática em particular, mas que é a condição do seu caráter democrático. Trata-se de um poder extraparlamentar sem o qual nenhum parlamento pode funcionar de forma legítima e que ameaça qualquer parlamento com a disfunção ou mesmo a dissolução.” (BUTLER, 2018, p. 110).

do quadro de dominações, como é o caso dos cortes na educação superior pública.

Quando o cenário apresentado também se ambienta nos neoconservadorismos enquanto condição de legitimidade, qualquer faísca de inconformismo e de reinvenção dos espaços de soberania popular passa a ser intolerável. Por isso, criminalizável, reprimível, violentável e desmoralizado, chegando o presidente do Brasil a nomear os estudantes em manifestações contra os cortes de “idiotas úteis”¹⁸. Recorre-se a tentativa crassa de estratificação da sociedade entre povo e “idiotas”, sem atentar para o fato de é nas ruas que se constroem sentidos de inclusão:

Quando aqueles que enfrentam perspectivas aceleradas de precariedade vão para as ruas e começam uma reivindicação com “nós, o povo”, então estão afirmando que eles, os que aparecem e falam, estão identificados como “o povo”. Eles estão trabalhando para afastar a perspectiva do esquecimento. A frase não implica que os que lucram não são “o povo”, e não implica necessariamente um sentido simples de inclusão: “nós também somos o povo”. A frase pode significar “nós ainda somos o povo” – e, portanto, ainda resistimos e não estamos destruídos. Ou pode afirmar uma forma de igualdade em face da desigualdade crescente; os que participam fazem isso não simplesmente pronunciando essa frase, mas corporificando a igualdade em qualquer medida que se prove possível, constituindo uma assembleia do povo fundamentada na igualdade. (BUTLER, 2018, p. 120)

Por isso, em meio ao caos apresentado, a tomada das ruas por estudantes e professores, especialmente, ascende a faísca da possibilidade de reconduções democráticas e da ordem neoliberal. Evocar sentidos de liberdade a partir da educação¹⁹, que transcendam a sua condição mercadológica, para formar aglomerações de desobediência não violentas, são limite e horizonte da formação de uma geração que já se constrói a partir da ruptura e da participação (GOHN, 2018) – não do sonho ilusório da plena democratização – e que sabe que é preciso manifestar-se.

Considerações Finais

18 Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557925930_773928.html >. Acesso em 16/12/2019.

19 O que bell hooks se refere em todo o livro e nesta passagem quanto ao papel de professoras/es em sala, através de teoria, prática, diálogos multiculturais: “temos de reivindicar continuamente a teoria como uma prática necessária dentro de uma estrutura holística de ativismo libertador” (hooks, 2017, p. 96).

Vive-se na América Latina um período especialmente hostil a qualquer sentido de democracia minimamente fidedigno a seus eixos estruturantes, relacionados ao sentido do comum, do popular, do soberano coletivo e da cidadania. O passado de golpes antidemocráticos – e que assim não temiam em se apresentar – tem se reinventado em novas estratégias para a derrubada de governos legítimos, e que agora fazem questão de travestirem-se em democráticas. A retórica democrática, assim, têm sido cada vez mais inspirada pelas matrizes neoliberais, que tensionam o substrato material e transformam este sistema em um procedimento que diz respeito, meramente, à forma de escolha de dirigentes.

No Brasil, a relação entre as regressões democráticas, a ruptura entre governantes e governados, neoliberalismo e neoconservadorismos têm proporcionado a consolidação de um conjunto de políticas de austeridade que operam no caminho do imperialismo, da globalização da pobreza, do racismo, da misoginia e da LGBT+fobia. E cujo questionamento se torna cada vez mais duro, pela truculência e violência com que se têm reagido a qualquer manifestação contrária à ordem, e também pela estrutural constrição do pensamento crítico, das subjetividades desobedientes.

Nesse contexto se situam as políticas de cortes voltadas ao ensino superior público, lugar histórico de resistência política; de acesso a direitos e rompimento com as estruturais hierarquizações do país; e de alargamento dos horizontes críticos da sociedade. Constranger esses territórios, através de medidas orçamentárias e de perseguição ideológica é fundamental para o projeto de regressões que se instala no país. Especialmente se atingem um coletivo formado majoritariamente por jovens.

Assim, as manifestações públicas de estudantes e professores insurgentes às medidas representaram um conjunto movimentações pela recuperação do sentido do político e da soberania popular de tantas formas atravessadas pela situação política e econômica do país. Performances que dão voz a sujeitos cujas vidas se planeja, através dessas e outras medidas de austeridade, (ainda mais) precarizar; foi a militância pela educação uma das primeiras, em um governo de ódio, a tomar em grandes proporções as ruas das principais capitais do país.

As cenas da aglomeração dão carne e osso a um projeto de ensino que transcende os limites da sala e que, assenhorando o público, pauta liberdade política como uma práxis de transformação. E que dão conta das estratégias de desobediência ativa ao cenário caótico que experimentamos em meio à subjetivação-sujeição em ordem, cuja recusa é urgente e, mais uma vez, ensinada e reivindicada pela potência da juventude.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. "Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. "Neoconservadorismo e liberalismo". In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 27-34, 2018.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. "Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo". In: *Democratization*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2016.

BELCHIOR. *Sujeito de sorte*. Polygram: 1976.

BLASI, Bruno. Ato contra corte na educação reuniu cerca de 150 mil manifestantes no Rio de Janeiro. Disponível em <<https://agenciauva.net/2019/05/18/15-de-maio-de-2019-confira-fotos-da-manifestacao-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 13/04/2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Constituição 1988*. Vol. 31. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos: La secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona: Malpaso, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Ceres Ferreira; SILVA, Silmara Dela; LAGAZZI, Suzy. "(D)O FEMININO EM MANIFESTAÇÃO: DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO". In: *A Análise do Discurso e suas condições de produção*. Anais de Congresso. IX SEAD, 2019. Disponível em http://anaisdosead.com.br/sead9_simposios.html.

CASARA, Rubens. 'Precisamos falar da "direita jurídica"'. In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 73-78, 2018.

CASTEL, Robert. "Del postliberalismo al neoliberalismo". In: *Neoliberalismo versus democracia*. v. 1, n. 31, pp. 225-226, 1998.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CORREIO BRASILIENSE. Sem detalhar critérios, o ministro Weintraub disse que a medida considera o desempenho acadêmico aquém do esperado ou promoção de 'bagunça, evento ridículo'. Disponível em <https://www.geledes.org.br/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb/?gclid=EA1aIQobChMIInciDwLS65glViQSRCh2e4gmQEAAAYASAAEgK13fD_BwE>. Acesso em 16/03/2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____, Anatomia do novo neoliberalismo. REVISTA IHU ON-LINE, 2019. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>>. Acesso em 18/03/2020.

EL PAÍS. Protestos contra cortes na educação: "O que o presidente diz é uma ofensa a nós que viemos às ruas". Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557925930_773928.html>. Acesso em 19/03/2020

GALLEGO, Esther Solano. "Fatores da crise, corrupção e saídas para a mesma: refletindo e conversando". In: *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 19, pp. 126-139, 2016.

_____. "La Bolsonaroización de Brasil". In: *Documentos de Trabajo IELAT*, Versión Digital, ISSN: 1989-8819, v. 1, nº 121, abril 2019.

GOHN, Maria da Glória. "JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação". In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 14/04/2020.



LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. Blog da Boitempo, 2019. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>>

METROPOLES. Após ministro chamar universidades de 'balbúrdia', pesquisadores reagem. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/para-bolsonaro-educador-paulo-freire-era-um-energumeno>>. Acesso em 16/03/2020.

MIGUEL, Clara Ramas San. "Social-identitarios y neoliberales autoritários: dos corrientes em la nueva internacional reaccionaria". In: GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONESES, Alfons. *Neofascismo: La bestia neoliberal*. Siglo XXI de España Editores, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. "A reemergência da direita brasileira". In: *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Future-se: "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos"*, diz ministro. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>> Acesso em 14/04/2020.

ORTEGA, Marcelo José Cabarcas et al. "Perspectivas interculturales en la escuela latinoamericana: empoderar el diálogo para superar la exclusión". *Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva*, v. 2, n. 1, p. 100-117, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Boletim Especial da ANPOCS n. 14, 2020. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2326-boletim-n-14-as-ciencias-e-o-conhecimento-como-ameacas>. Acesso em 28/03/2020.

REDE BRASIL ATUAL. Após ministro chamar universidades de 'balbúrdia', pesquisadores reagem. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/apos-ministro-de-bolsonaro-chamar-universidades-de-balburdia-pesquisadores-reagem/>>. Acesso em 14/04/2020.

REVISTA FORUM. Deputado que quebrou placa de Marielle, Daniel Silveira cospe em mulher durante visita a universidade. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-daniel-silveira-cospe-em-mulher-durante-visita-a-universidade/>>. Acesso em 16/03/2020

Crise da Democracia Liberal, Neoliberalismo e Corpos na Rua no Brasil Contemporâneo: reflexões sobre a política pública de cortes de recursos ao ensino superior público e faíscas insurgentes

Resumo

Esse artigo que, metodologicamente servirá da revisão bibliográfica, se propõe a discutir neoliberalismo e a crise da democracia liberal brasileira, tomando como objeto de análise as

decisões pelos cortes na educação superior pública anunciadas pelo Executivo federal a partir de maio de 2019. Para tanto, considera a precarização do ensino superior público, no Brasil, como parte integrante de um projeto de austeridade que se alastra pelo Ocidente, e que tem como escopo o aniquilamento dos programas de democratização, inclusão e participação – especialmente hostis em território latino-americano. Por fim, encara as possíveis resistências ao processo, especialmente as organizadas em manifestações populares de estudantes e professores, como potência própria das “alianças dos corpos” que ressignificam “povo” e disputam o “político” em regressão, faíscas insurgentes ao contexto de austeridades.

Palavras-Chave: Democracia; manifestações populares; neoliberalismo; educação superior pública

Crisis of Liberal Democracy, Neoliberalism and Bodies on the Street in Contemporary Brazil: reflections about the public policy of cuts in resources to public education and insurgent sparks

Abstract

This article, methodologically counted with bibliographic review, discuss neoliberalism and the crisis of liberal democracy, taking as object of analysis the decisions concerning budget cuts in public higher education announced by the Federal Executive Power on May 2019. It considers the precariousness of public higher education in Brazil as part of an austerity project that is spreading across the West, and whose scope is the annihilation of democratization, inclusion and participation programs - especially hostile in Latin American territory. Finally, it faces resistances to the process, especially those organized in popular demonstrations by students and teachers, as the powerful “bodies alliances” that resignify “people” and dispute the “politician” in regression, insurgent sparks in the context of austerities

Keywords: Democracy; popular demonstrations; neoliberalism; public higher education

Crisis de la Democracia Liberal, Neoliberalismo y Cuerpos en la Calle del Brasil Contemporáneo: reflexiones sobre la política pública de recortes de recursos a la educación pública y chispas insurgentes

Resumen

Este artículo, que servirá metodológicamente como una revisión bibliográfica, propone discutir el neoliberalismo y la crisis de la democracia liberal en Brasil, tomando como objeto de análisis las decisiones de los recortes del presupuesto en la educación superior pública anunciados por el Ejecutivo federal, a partir de mayo de 2019. Para este fin, considera la precariedad de la educación superior pública en Brasil como parte integral de un proyecto de austeridad que se está extendiendo por todo Occidente, y cuyo alcance es la aniquilación de los programas de democratización, inclusión y participación. - especialmente hostil en territorio latinoamericano. Finalmente, enfrenta posibles resistencias al proceso, especialmente aquellas organizadas en manifestaciones populares de estudiantes y maestros, como el poder de las "alianzas de cuerpos" que ressignifican a "personas" y disputan el "político" en regresión, chispas insurgentes en el contexto de las austeridades.

Palabras-Clave: Democracia; manifestaciones populares; neoliberalismo; educación superior pública.